

Planalto negocia, mas não recua

A o mesmo tempo em que, na sexta-feira, divulgava uma nota oficial dura, com dois objetivos latentes — o primeiro, de mandar um recado irritado ao Judiciário e o segundo, de acalmar os fardados mais afoitos —, o Palácio do Planalto começava a negociar a diluição do impasse entre os Poderes da República.

Depois da troca de alguns telefonemas entre o Gabinete Civil e o gabinete da Presidência da Câmara, Inocêncio Oliveira decidiu que nesta terça-feira fará o pagamento dos salários dos deputados sem o aumento real de pouco mais de 10% a que os parlamentares teriam direito por conta da decisão do Supremo Tribunal Federal de converter os salários pela URV do dia 20 e não do dia 30 como manda a MP 434.

Quanto ao Judiciário, por enquanto tudo fica como está, já que não houve nenhuma iniciativa — nem por parte do Executivo muito menos por parte do STF — de diálogo. Ao contrário. Quem participou da reunião ministerial de sexta-feira garante que a decisão de Itamar é de não pagar, mas também de não tomar a dianteira de uma eventual negociação. Uma vez que o ministro Galloti já disse que não pretende polemizar, o Planalto faz o mesmo. Mas também não paga e ponto final.

Para isso, vai se usar a doutrina da impossibilidade de material de fazer este pagamento, baseada, entre outros recursos jurídicos, em pareceres do jurista Ives Gandra. No caso do Legislativo é diferente. Hoje, o ministro Hargreaves transfere-se para o Congresso, de onde promete não sair enquanto o impasse não estiver resolvido.

De um lado, tentará politicamente contornar a questão da conversão pela URV do dia 20 usando o argumento de que, embora os Poderes sejam independentes, o dinheiro sai do mesmo cofre. E, de outro, a explicação global de que este cofre não pode mais ser aviltado sob pena de o plano econômico ir para o bebelê. "Não se pode, em nome da independência dos Poderes, comprometer o programa de combate à inflação", diz Hargreaves. Quanto ao Senado, é dada como certa a rejeição da derrubada do veto à Lei de Isonomia que daria aos parlamentares um aumento da ordem de 23,66%.

Claro que por trás de toda argumentação, digamos assim, técnica, joga-se mesmo com a questão política. O Executivo, no caso dos aumentos autoconcedidos, está a cavaleiro. Tem ao seu lado a mídia, a opinião pública e o bom senso. Portanto, a ameaça implícita da mesa de negociações é a seguinte: ou concorda-se em voltar atrás e abrir mão do privilégio ou assume-se o ônus do fracasso do plano econômico.

Evidente que ninguém assume que exista sequer

vestígio de pressão, uma vez que a palavra de ordem agora é restabelecer a paz com o Legislativo de quem o Executivo tanto depende para ver suas propostas aprovadas. Mas é também cartesiano o raciocínio do governo ao jogar com a sensibilidade do Congresso às reações populares. Em ano de eleição, então, nem se fala. Ainda mais se, por um desses mistérios da vida, aquela lista secreta de 296 nomes que votaram a favor do aumento começar a circular por aí.

A decisão do presidente de não liberar o dinheiro para o pagamento da diferença proporcionada pela conversão fora da lei, depois de ter emitido nota que não deixa dúvidas quanto à disposição de endurecer, tem dois alvos. O recado ao STF é resumido com precisão pelo ministro Hargreaves: "Se não fazemos nada, todos os funcionários do Executivo entrariam na Justiça querendo o mesmo. Quero saber com que moral o Supremo iria negar e com que dinheiro nós iríamos pagar."

Na outra ponta estão os quartéis. O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, é de opinião que não estamos diante de um problema militar, "pois a questão é da injustiça que se cometeu com o funcionalismo como um todo". Ele analisa com propriedade a presença dos ministros militares na reunião de sexta e sua revolta diante da decisão do STF: "Quando os comandantes tomam uma atitude em consonância com a opinião pública eles estão justamente mostrando à tropa que a democracia tem instrumentos para resolver os problemas. Se ficassem de braços cruzados, aí sim abririam brechas para gestos tresloucados."

Corrêa lembra que esses grupos como o *Guararapes*, o *Bandeirantes*, o *Araucaia*, o *Catavento*, que já se pronunciaram através de cartas ao presidente pedindo medidas fora do campo democrático, não falam sozinhos. Carregam por trás de si a insatisfação real da corporação. E é por isso que, quanto mais grosso falarem os hierarquicamente superiores na defesa legítima de seus interesses, limitando-se às armas do debate e da lei, menos espaço sobrar para que o radicalismo desperte nos comandados a sensação de que, se não há quem lute por eles, a necessidade obriga à imposição da lei do mais forte.

Nesta semana, o que fará o governo é mostrar ao Legislativo e ao Judiciário que o país ainda não entrou em crise institucional, embora viva um momento de impasse entre os Poderes. A situação, no entanto, poderá não ser tão segura — do ponto de vista da democracia — se os homens que integram essas instituições insistirem no desrespeito à lei e ao princípio da igualdade entre cidadãos.